



ACÓRDÃO Nº864/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11814/2016.

Apensos: Processo nº 11511/2017, 13627/2019, 11516/2017 e 11525/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus – SEINFRA.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Américo Gorayeb Júnior (Ordenador de Despesa), Waldívia Ferreira Alencar (Ordenador de Despesa), Gilberto Alves de Deus (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Germano Costa Andrade – OAB/AM 2835, Angélica Ortiz Ribeiro – OAB/AM 2847, Pedro Câmara Junior – OAB/AM 2834, Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior – OAB/AM 3194, Keyth Yara Pontes Pina – OAB/A, 3467, Lucianna de Souza Silva – OAB/A, 3624, Carolina Ribeiro Botelho – OAB/AM 5963, Catharina Botelho Dias dos Santos – OAB/AM 6484, Luiz Felipe Brandão Ozores – OAB/AM 4000, Mauro Couto da Cunha – OAB/AM 4200, Eduarda Rosa Cavalcante de Oliveira – OAB/AM 8846, e Luiz Henrique Medeiros da Silva – OAB/AM 5953.

7- Unidade Técnica: DICAD e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2214/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus - SEINFRA. Exercício de 2015.

Irregularidade. Regularidade com ressalvas. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Waldívia Ferreira Alencar**, responsável pela Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA, exercício 2015, gestora no período 01/01/2015 a 02/10/2015, nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e dano ao erário, conforme evidenciam as irregularidades 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 do processo 11511/2017, 1.1.1.1, 1.1.1.2, 1.1.1.3 e 1.1.1.4 do Processo 11516/2017 e 9 e 13 do Processo 11525/2017;



ACÓRDÃO Nº864/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Gilberto Alves de Deus**, responsável pela Secretaria em voga, no curso do exercício 2015, período 02/10/2015 a 27/10/2015, nos termos do inciso I do art. 22 da Lei 2.423/96;

10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Américo Gorayeb Júnior**, responsável pela Secretaria em voga, no curso do exercício 2015, período 27/10/2015 a 31/12/2015, nos termos do inciso I do art. 22 da Lei 2.423/96.

10.4. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM:

10.4.1. *Utilize a modalidade pregão para a contratação de serviço de engenharia tão-somente, quando o objeto a ser licitado se caracterizar como bem ou serviço comum, nos termos do art. 1º da Lei 10.520/2002.*

10.4.2. Faça o estudo prévio de impacto ambiental – EIA/RIMA em relação às obras e serviços de engenharia, conforme determina o art. 12, VII, da Lei nº 8.666/1993.

10.4.3. Cumpra a Resolução 27/2012 do TCE/AM no que tange aos projetos de terraplanagem, fundações, estrutural e de drenagem.

10.4.4. Liquidação e pagamento só devem ser feitas após a execução dos serviços, em estrita observância do art. 64 da Lei 4.320/64.

10.4.5. Mantenha de forma tempestiva os controles dos bens patrimoniais, nos termos dos arts. 94 da Lei n. 4.320/94.

10.5. Determinar à próxima Comissão de Inspeção, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que verifique o acondicionamento dos materiais permanentes do Órgão. (Artigo 94 da Lei nº 4.320/64).

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou por julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Américo Gorayeb Júnior.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Declaração de impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº864/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.2. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13.3. Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição